

ENTRE O PiG E O MENSALÃO

Mitologia política e realidade contemporânea

Roberto Grün

Introdução

“Levar a sério” as sociedades contemporâneas é uma ideia que costuma estar associada a entendê-las a partir de mecanismos de decisão racionais, imputando a racionalidade como condição de contorno no sentido das pragmáticas de decisão derivadas das técnicas de pesquisa operacional. Longe de achar simplesmente que as sociedades contemporâneas sejam “irracionais”, pretendo apenas questionar a validade do apriorismo racionalista para mostrar um ponto que talvez estejamos perdendo quando o adotamos espontaneamente. Trata-se de explorar as mitologias políticas do presente não apenas como artefatos culturais mais ou menos interessantes para análises internas de seus conteúdos ou para tomá-las como manifestações do espírito da época ou ainda para declarações sobre a situação

Artigo recebido em 27/02/2013

Aprovado em 24/03/2014

patológica da sociedade, mas também de explorar a relação entre os mitos, seus artífices e as técnicas empregadas na sua construção, bem como as suas consequências em termos das mobilizações sociais e políticas às quais eles estão associados e como tais veículos e processos influenciam os resultados dessas mobilizações.

No ponto de vista que adoto aqui, as mitologias políticas são pouco ou mal consideradas na análise do presente e, creio eu, essa desconsideração cobra um preço, dificultando a percepção da dinâmica social e mesmo econômica da qual a atualidade é um fruto. Semelhantes a fenômenos efêmeros e distantes da racionalidade imputada aos agentes e/ou aos processos, elas são refugadas para a rubrica das excentricidades e tratadas como resíduos sem maior importância. Tudo se passa como se elas tiveram alguma relevância apenas em algum passado “pré-histórico”. No presente, viveríamos sob o império da razão e por isso não deveríamos

nos preocupar realmente com elas, que, se existem, não passariam de meras curiosidades. Nesse tópico invoco Mary Douglas, especialmente quando a antropóloga analisa a inflexão conservadora nos países anglo-saxões do final dos anos de 1980 e afirma que o pensamento foi institucionalizado, perdendo a perspectiva histórica e a capacidade reflexiva, quando aqueles que o compartilham creem que seu tempo é único e radicalmente diferente do passado (Douglas, 1986; Douglas e Ney, 1998). No esquema que pretendo desenvolver, não menos importantes são as reflexões em torno das tentativas de incorporar Foucault na análise política, especialmente as ideias de governamentalidade e de regime de verdade (Brass, 2000). Tais artefatos heurísticos fornecem pistas importantes para o estudo da construção, da retenção das mitologias políticas e de suas consequências na ação propriamente política de mobilização e imobilização recíprocas inspirando autores mais recentes. É assim que podemos notar uma forte incorporação dessas noções foucaultianas na teoria do Estado de Bourdieu (2012), cuja sistematicidade veio a público no seu póstumo recém-editado ou em desenvolvimentos parcialmente inspirados por esse autor ou, ao menos, seguidores da mesma inspiração durkheimiana, como aparece em Desrosières (2008) e Boltanski (2012).

As mitologias políticas são instrumentos de organização social e cognitiva que fornecem coesão aos grupos, e ainda está por ser provado que poderíamos ter grupos sociais unidos por contratos explícitos, próximos da completude e não metafóricos e polissêmicos. Nesse sentido, inicialmente, é útil a análise das *personas* políticas que se erigem no Brasil contemporâneo nos diversos sentidos recobertos pelo conceito de “representação” (Boltanski, 1982, 2012; Hacking, 1983; Ginzburg, 1991; Goody, 1997). Os mitos políticos representam a realidade em vários dos sentidos esclarecidos por esses autores. Mais diretamente, eles a apresentam numa forma considerada simplificada, mas dotada de consistência cognitiva, no sentido de um constructo assimilável e passível de operacionalização ao mesmo tempo cultural e política. Eles dão verossimilhança e conferem centralidade a narrativas que a organizam e a tornam compartilhada em um esquema semântico e de interiorização que pode

ser decalcado das formulações de Rosch (1977) sobre a produção de protótipos cognitivos que organizam a criação de categorias semânticas e que foram retrabalhadas sociologicamente por Boltanski (1982, 2012). Assim, eles são a realidade política no mesmo grau que conferimos à realidade que chamamos de “objetiva”. Isso porque, afinal, é por meio deles que o mundo toma forma e também se geram as dinâmicas que podem alterá-lo ou se mantêm as inércias que o estabilizam.

Em uma perspectiva de análise das dinâmicas sociais imperantes no espaço cultural, a produção de mitos também é reveladora do capital cultural dos seus formuladores. Aqui nos situamos numa lógica de análise sociológica que pode ser decalcada da análise de Champagne (1984) sobre a produção de manifestações políticas dotadas de visibilidade e da criação e acumulação de capitais simbólico e cultural na sua generalidade empreendida por Bourdieu (1980). Nossos produtores de mitos são uma subespécie de empreendedores morais, capazes de inscrever novidades no espaço simbólico da sociedade e, dessa maneira, fazê-la se pensar diferente de outros momentos. Essa capacidade é a definição mais pura possível de capital cultural. Nesse sentido, temos os mitos como reveladores dos capitais e, portanto, como resultado das assimetrias e da estratificação realmente existentes. Retomando essa linha teórica na sociologia da religião de Weber, os construtores de mitos são portadores de quantidades relevantes de capital cultural, na medida em que suas construções simbólicas são retidas por parcelas da sociedade. E isso mesmo se o reconhecimento dessas potências não seja espontâneo nem intuitivo. Afinal, é esperado que muito dos novos estoques simbólicos ainda em processo de incorporação pelas sociedades sejam vistos como idiossincráticos e mal considerados pelas elites tradicionais, que costumam aferi-los e reconhecê-los, tudo como a dimensão cultural dos produtos simbólicos que nos foram legados pelos profetas do Israel bíblico estudados por nosso autor – e por centenas de outros. Um ponto a ser deduzido e mais explorado na nossa análise dos mitos políticos contemporâneos é justamente que a constatação dessa diferencialidade, que cremos demonstrar que é “objetiva”, deveria incitar a análise propriamente quantitativa da

estrutura social. *Grosso modo*, penso não ser demasiadamente abusado dizer que se a análise quantitativa não capta essa diferencialidade ela está procurando os capitais em indicadores equivocados.

Pensando a questão a partir da ideia de “nichos culturais” desenvolvida por Hacking (1998) para dar conta da generalidade da criação de novas categorias e inscrições sociais, assistimos no Brasil do início do século XXI uma muito peculiar hipertrofia do setor financeiro, que alhures achei pertinente chamar de “financeirização de esquerda”. Já na esfera política, observamos o desenvolvimento continuado de uma experiência oriunda da esquerda do espectro da representação política mais ou menos bem-sucedida, a julgar pela reeleição de Lula e a eleição de Dilma e, principalmente, pela estabilidade que demonstrou apesar das múltiplas tentativas de desestabilização instrumentadas pelos escândalos políticos que sacudiram e sacodem o período (Grün, 2009a e b; 2010). A inesperada resiliência do governo vindo da esquerda tem sido analisada fundamentalmente como um fato político. E um dos intuitos da presente análise é chamar a atenção para a necessidade de estudá-la também como um fato cultural, convocando uma sociologia capaz de revelar as transformações importantes na estrutura e na dinâmica da distribuição de capital cultural na sociedade brasileira contemporânea. Esse contexto peculiar é o nicho que abriu espaço para a produção e efetivamente viu nascerem várias figuras mitológicas as quais, a meu ver, são ao mesmo tempo produtos, sintomas, artefatos de mobilização e pistas heurísticas para decifrar as lógicas sociais dos tempos em que vivemos.

No início do governo Lula, o somatório das crenças e descrenças deflagradas ou intensificadas no processo resultou na criação de um totem polifrontal, inspirado na figura tradicional do “plutocrata”, em torno da figura do financista Daniel Dantas. Posteriormente vimos surgir diversas entidades menos centradas em indivíduos particulares, mas também inspiradas em arcanos da mitologia política do Ocidente que se corporificou no final do século XIX (Birnbaum, 1979; Girardet, 1986; Grün, 2007, 2008a). Nesse sentido, minha hipótese é de que os dois neologismos Mensalão e PiG, que

muito ouvimos mencionar em discussões políticas públicas na imprensa estabelecida ou semipúblicas nas novas mídias propiciadas pela internet, são um par de opostos que está se consolidando porque têm alguma capacidade de estruturar a percepção da esfera política do Brasil contemporâneo, apesar do conteúdo fantasmagórico que os dois movimentos, ou entidades, podem conter quando os examinamos com lentes objetivistas. É também necessário ressaltar o corolário importante que se deduz dessa análise: as lentes objetivistas talvez estejam produzindo uma forma muito peculiar de cegueira intelectual que esconde o específico da situação política brasileira e das transformações morfológicas que a sustentam, tanto no espaço determinado das esferas política e cultural, quanto na arena mais geral da estrutura social em mutação.

Assim, a heurística da análise das mitologias políticas é inspirada e guarda fortes analogias com a sociologia da ciência de inspiração durkheimiana de Fleck ([1935] 1979). Mitos fornecem coesão aos grupos com a construção de famílias de pensamento que ganham progressivamente autonomia, na medida em que eles (grupos) adquirem estrutura interna e uma identidade que contrasta com o seu oposto. Nessa dinâmica, inspirada na sociologia da religião de Durkheim e no círculo da magia de Mauss, a possível “verdade” da proposição inicial fica totalmente obscurecida pela verossimilhança conquistada no seu uso interativo. Quando o grupo já está constituído e funcionando, a crença na existência da entidade deixa de ser estabelecida na relação entre o indivíduo cognoscente e o objeto do seu conhecimento e se traslada para a relação entre o indivíduo militante tocado pela pregação religiosa ou política e o grupo que partilha a mesma crença, ou causa. Participar de um grupo torna-se idêntico a compartilhar uma crença. Nesse esquema, crença e causa passam a ser conceitos equivalentes. Um dos méritos da demonstração seminal de Fleck é justamente lançar uma teoria geral da instituição da crença, ao mostrar como esse princípio estruturador decalcado da sociologia da religião organiza mesmo grupos de cientistas (no caso que lhe serve de exemplo, médicos, químicos e biólogos) reconhecidos e muito bem-sucedidos, que comungam explicitamente os princípios de objetividade da “religião da ciência”.¹

O PiG e o Mensalão na história ocidental

Internacionalmente, essa análise alinha-se a uma tendência contemporânea já bastante delineada de tentar explicar as razões e as consequências da profusão de teorias conspiratórias utilizadas e fomentadas para dar conta das circunstâncias e dos desfechos surpreendentes que parecem atentar contra os pressupostos de uma sociedade contemporânea regida pela racionalidade. Uma genealogia contemporânea dessas situações teria diversos marcadores, mas os mais conhecidos entre eles são, muito provavelmente, as mil-e-uma novas revelações e interpretações do assassinato do presidente Kennedy em 1961, bem como, mais recentemente, as diversas “verdades encobertas” dos incidentes de 11 de setembro de 2001 também nos Estados Unidos (Weber, 1999; Taguieff, 2005).

Normalmente essa literatura “fantástica” surge e circula prioritariamente nas periferias dos espaços político e cultural. Em situações de guerra cultural mais aguda, separando as famílias ideológicas ou os grandes partidos políticos de um país, alguns desses conteúdos extremos podem “adquirir cidadania plena” e adentrar a arena política mais legítima. Um exemplo recente são os “painéis da morte” que o projeto de plano de cobertura integral da saúde de Obama estaria embutindo, segundo seus contendores republicanos e a mídia que os sustenta (Calmes, 2009; Jamieson e Cappella, 2008). No ambiente brasileiro caracterizado pela exacerbação de ânimos suscitada pelos sucessivos governos de esquerda, não é assim tão surpreendente que o Mensalão e o PiG surjam como marcas do tempo, por menos que sua realidade intrínseca seja convincente.

Um ponto importante é a lógica da produção dessa literatura. Situada às margens da cultura legítima, normalmente ela é obra de um “baixo clero” tanto intelectual quanto político. Em períodos de normalidade, produtos e produtores ficam confinados em pequenos espaços sem nenhuma possibilidade de ganharem o centro dos tabuleiros que envolvem o campo do poder. A sociologia política de períodos de muita agitação institucional mostra como essas situações extraordinárias catapultam esses atores e seus produtos a oportunidades inéditas na concorrência política e intelectual. Os períodos

extraordinários em geral propiciam transformações morfológicas importantes e ainda não reconhecidas pelas instituições vigentes, contrastando com períodos de normalidade, em que atores e produtos extremos² são privados dos requisitos básicos de reconhecimento e, por isso, considerados espúrios e mesmo ridículos (Sternhell, 2000; Noiriell, 2009).

Produtores e produtos marginais desvelam uma versão brasileira da temática internacional do “baixo clero”, levantada a partir da repercussão do livro *Universidade em ritmo de barbárie* (Giannotti, 1986): uma espécie de lamento do patriciado intelectual brasileiro ameaçado por uma das vagas passadas de expansão do sistema universitário. As categorias importadas das tradições inglesas e francesas de contenção das pretensões exageradas de novas e mais numerosas gerações de intelectuais esgrimidas por Giannotti rapidamente ganharam amplitude e se transformaram em categorias nativas (Gangneux, 1959; Curtis, 1962; O’Boyle, 1970; Chartier, 1982). Como se observa no uso amplíssimo e na sua extensão de sentido, essa inscrição repercutiu e ganhou corpo no debate público brasileiro. Muito além dos aspectos idiossincráticos que certamente desperta, ela também revela tensões especificamente intelectuais perpassando espaços mais ou menos conectados ao campo do poder do Brasil contemporâneo (Grün, 2013). Lembrar e reiterar incessantemente as hierarquias consideradas naturais dos espaços intelectuais e políticos e com isso tentar produzir reciprocamente a sua reiteração e a estigmatização dos adversários é uma conduta que revela o enfraquecimento da hierarquização pretérita. E assim ela se torna um indício dos mais seguros para nos fazer suspeitar de que a ordem em questão esteja abalada e de que haja necessidade científica premente de buscar novas objetividades ainda não totalmente claras.³

O caso dos “painéis da morte” norte-americanos, o protagonismo da rede Fox News nesse mesmo país (Jamieson e Cappella, 2008) e diversos episódios europeus, como as polêmicas em torno da explosão na estação de trem em Madri nas vésperas das eleições gerais espanholas de 2004 (Chueca, 2012), colocam a literatura internacional sobre conspirações diante da necessidade de analisar o deslocamento do seu problema para o centro do

tabuleiro político. Um dos principais pontos desse novíssimo desenvolvimento da literatura é justamente o de prevenir a tentação do objetivismo. Ela se manifesta de muitas maneiras. A mais óbvia é uma propensão de usar a autoridade científica para desvendar a existência, ou não, da conspiração, de enunciar a descoberta se recobrando do manto dessa legitimidade – e conferindo notoriedade midiática ao autor da “descoberta” pela sua aparição em órgãos de grande circulação e repercussão cotidiana. Um corolário bastante importante, ainda que mais presente nas relações entre espaço intelectual e mídia e especialmente nessa esfera, consiste em acusar um oponente ou concorrente de acreditar e propalar a existência de alguma conspiração e, a partir de uma retórica objetivista que ridiculariza a possibilidade desse evento, desqualificar o adversário como não razoável.

A versão derivada está particularmente presente nas relações entre a mídia estabelecida e os grupos políticos e religiosos que se sentem prejudicados pela falta de atenção ou pela cobertura jornalística viesada a seu desfavor (Maler, 2012). Tais grupos seriam considerados construções sociais, políticas ou religiosas marginais em relação aos critérios de legitimidade que vigoram nas sociedades respectivas e fariam do próprio isolamento em relação à cultura uma condição para a salvação da alma, da pureza ideológica ou da manutenção da diversidade de comportamento e estilo de vida. Como quer Douglas (1996), autora que não se reivindicava o título de pesquisadora das conspirações, mas cuja contribuição dificilmente poderia ser descartada na perspectiva que estou adotando, a constituição de tais grupos marginais é funcional e recorrente nas sociedades contemporâneas; e, assim, o tema e a crítica conspiratórios serão também tópicos sempre presentes nos debates atuais.

A busca da objetividade corre, pois, o enorme risco de se tornar um objetivismo intrinsecamente conservador que consagra a distribuição de poderes ao deslegitimar uma das possibilidades mais presentes de contestação simbólica. Afinal, como quer o trabalho recente de forte impacto intelectual de Boltanski (2012), os Estados contemporâneos esforçam-se por manter de pé uma realidade que tem nas ideias de conspiração um de seus maiores

desestabilizadores. Da mesma forma, encontramos a crítica ao “razoabilismo” jornalístico e de parte da sociologia contemporânea expressa em Maler (2012), que corresponde à visão mais próxima ao grupo de seguidores diretos de Bourdieu.

Na realidade, falamos aqui em “poderes” num nível diferente daquele normalmente empregado pelas análises diretamente políticas. Seguindo rigorosamente a análise da dominação masculina, considerada primeva e a mais impregnada na sociedade (Bourdieu, 2002), estamos no espaço da “metapolítica”. Trata-se da construção de espaços cognitivos na sociedade que balizam a disputa simbólica entre diversos grupos dotados de capital cultural e simbólico para impor as categorias de apreensão e os respectivos critérios e gradientes que serão considerados relevantes e então empregados para construir e dar sentido à realidade. Aplicada diretamente à política, ela parece frequentar um mundo “infrarreal”, alimentando de maneira assistemática os trabalhos práticos de descoberta ou invenção de motes para a propaganda eleitoral ou simplesmente partidária e conferindo a aura de genialidade e a correspondente retribuição econômica aos “mágicos” que a praticam – os quais certamente seriam os últimos a revelar esses “segredos” (Schudson, 1984; Gamson, 1992; Lakoff, 1996; Bourdieu, 2002). Mas quando falamos nas “chances objetivas dos candidatos à presidência da República” ou na “correlação objetiva de forças no parlamento”, essas objetividades estão largamente sobredeterminadas pela metapolítica aqui descrita.

De fato, a *illusio* que confere legitimidade intelectual ao objetivismo e termina por subsumir a análise dos processos políticos contemporâneos no que diz respeito à análise das mitologias políticas não é uma armadilha fácil de evitar. Como podemos apreender diretamente de Boltanski (2009, 2012), a propagação da temática conspiratória potencialmente solapa os fundamentos lógicos e metafísicos da contemporaneidade. O primado da análise racionalizante que indicamos no início do texto não é só um apriorismo desenvolvido no seio do universo intelectual. Muito mais do que isso, é o reflexo erudito da crença universalmente compartilhada no caráter único de nossas sociedades democráticas, nas quais estariam estabilizados ao mesmo tempo o princípio

da concorrência democrática e o equipotencial dos indivíduos que a compõem. Não é por acaso que a busca da inteligibilidade da construção do Estado moderno e contemporâneo como processo de “estabilização da realidade” baseada nesses pressupostos se torna uma diferença específica e se configura como um tópico cada vez mais presente nas sociologias políticas de corte durkheimiano. E nesse espaço intelectual o tema e os exemplos brasileiros, em grande parte por causa da importância adquirida pelas mitologias políticas e pelo desfecho pouco intuitivo das conjunturas recentes, acabam se tornando veios particularmente ricos para o desenvolvimento da análise durkheimiana (Douglas e Ney, 1998; Boltanski, 2009; Bourdieu, 2012).

Uma aterrissagem mais segura nos espaços sociais

Na problemática do Brasil do início do século XXI que estamos lidando, e na contemporaneidade em geral, o tema das conspirações apresenta-se muito próximo daquele que pretende dar conta da escandalização permanente que rege as democracias contemporâneas. Primeiro cronologicamente: os escândalos geram ou, ao menos, catalisam a produção de mitos. É na atmosfera cultural e política excitada pelo aguçamento da partidarização que os produtos e produtores antes espúrios ganham cidadania. Nessa chave, o estudo das mitologias agrega conhecimento relevante da sociedade brasileira contemporânea que ainda está disperso e não institucionalizado academicamente. Não só em termos de abordagens que vinculam a temática à história das ideias, mas sobretudo daquelas que procuram dar conta das formas de mobilização política e social que dão vida e corporificam a dinâmica social do Brasil contemporâneo. Essa última preocupação, que nos aproxima do materialismo cultural durkheimiano da antropologia e da história e nos distancia dos pressupostos intelectuais e mesmo epistemológicos que informam as análises políticas *mainstream*, é ainda pouco presente nas tentativas de apreender nossa atualidade política e social. Mas entre outras virtualidades cognoscentes, ela aproxima a sociologia política da sociologia das religiões

e, por esse caminho, nos impõe o dever metodológico de evitar a indagação sobre a existência ou não dos deuses e, correlativamente, de nos concentrarmos na busca dos efeitos e das funções sociais da crença. Excelente preceito cautelar que deve ser relembrado sistematicamente, já que a sociologia dos escândalos do presente impõe enormes desafios para a capacidade de objetivação de seus praticantes, uma vez que para esses (nós) é impossível deixar de ter opinião e sensibilidade para o essencial da atividade política do seu tempo.

A heurística dos mitos políticos

Etimologicamente, nosso Mensalão foi o termo cunhado por Roberto Jefferson na famosa denúncia que centralizou a agenda política brasileira entre 2004 e 2006 (Prete, 2005). Compulsando as coletâneas históricas internacionais sobre o tema “escândalo” é fácil notar que tanto na forma quanto no conteúdo a denúncia é herdeira direta da figura do *chêquard* (“homem do cheque”) francês quando eclodiu o escândalo do canal do Panamá (De Blic, 2003). E esse, não por acaso, foi catalogado como o escândalo financeiro contemporâneo prototípico,⁴ já que inaugurou uma forma e mesmo um conjunto de conteúdos que será reprisado e retrabalhado por agentes midiáticos e políticos nos mais diversos países a partir da segunda metade do século XIX. Num plano mais próximo da análise weberiana das profissões, essa forma tornar-se-á também um constructo canônico a ser reprisado. Afinal, é fácil ver que ela acabou representando uma plataforma segura para a ascensão profissional e acumulação de prestígio de desafiantes dos espaços culturais e políticos em diversos ambientes em que a atividade midiática e política começava a ganhar a autonomia típica da situação do espaço dos capitais culturais nas sociedades contemporâneas (Charle, 2004).

A semelhança dos pretendidos esquemas operacionais é tanta que persiste a tentação de se realizar numa cópia direta, equivalente àquela que Ginzburg e Rueff (2010) mostraram para a origem dos Protocolos dos Sábios do Sion em um opúsculo francês menos conhecido (*Dialogue aux enfers entre Machiavel et Montesquieu*, de Maurice Joly,

2009). Mas desvendar a origem e sua relação com o “arquétipo” mitológico é uma tentação historiográfica que requer caminho e metodologia específicos que não temos a pretensão de empreender no momento, ainda que a análise possa fornecer pistas nesse sentido. Aqui, a questão é abordada um pouco adiante na cronologia, justamente na análise da sua difusão no discurso político e moral brasileiro contemporâneo e as formas como ele produz coesão ou dissolve os grupos já estabelecidos ou aqueles que porventura se formem nos confrontos políticos e ideológicos.

Na linha teórica metodológica e no sentido cronológico aventado, o impacto do Mensalão pode ser avaliado com base na sua repercussão diante das transformações políticas e culturais primeiramente no período de sua eclosão (2004-2005) – que denomino momento T1 – e em seguida (2012-2013) no do seu julgamento (momento T2). Em outra ocasião (Grün, 2008a) avalei a relação entre os impactos políticos e culturais de T1 sobre o campo financeiro no Brasil contemporâneo. Novas avenidas foram abertas a partir dessa reflexão e algumas delas decididamente contraintuitivas, como a relação entre os conteúdos esgrimidos nos escândalos e o rumo das inovações financeiras que a sociedade brasileira empreendeu no período, que acabaram dando a forma específica do nosso “ornitorrinco” (Grün, 2009a). Indo além na análise, desenvolvo sistematicamente aquela pista e dou sequência lógica e empírica à questão das mitologias políticas do presente.

Em T2, seguindo nossa pista teórica, o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) pode ser também visto como uma tentativa de estabilização da verdade do Mensalão. As veemências cruzadas, as contestações candentes e demais manifestações revelam a evidente importância que os setores da sociedade que frequentam o espaço público conferiram ao evento. No ir e vir do julgamento, os juízes são revestidos ora de uma aura de absoluta sabedoria, ora tachados de simplórios indevidamente guindados a postos e posições cuja complexidade iria muito além das suas competências (Santos, 2012). No momento da escritura deste artigo, a declaração formal de culpa dos réus parecia caso consumado, mas para nossos interesses intelectuais

vale mais a legitimidade das decisões, que passa por pacificar o entendimento do evento.

De fato, o jogo social em que a estabilização da realidade é mais complexa demonstra ser outro elemento importante da força relativa que os atores inseridos no contencioso dispõem no eixo cultural. A intensidade e a constância das reações contrárias ao entendimento do STF não deixam dúvidas sobre a continuidade do contencioso. Esse jogo fica mais evidente em perspectiva, em uma série temporal em que ele é comparado com outro do mesmo período, a saber, o contencioso relativo à justiça dos sistemas de cotas raciais e sociais para o ingresso nas universidades públicas. Objeto de muita controvérsia desde os anos de 1990, o sistema foi progressivamente se instalando, mesmo nos espaços inicialmente menos propensos a aceitá-lo. E não é pouco o que está em jogo, já que no caso das cotas se trata da questão doutrinária transcendental da democracia contemporânea: o que quer dizer a igualdade? Como comparar capacidades? Como as origens sociais e raciais a afetam e, conseqüentemente, qual seria o conteúdo da igualdade entre os cidadãos? Cabe ao Estado criar as formas de promovê-la? No nosso quadro de referência, ainda que seja contraintuitivo, é impossível deixar de notar que o grupo atingido pelo Mensalão reagiu construindo o PiG e mostrou uma imensa acumulação de capital cultural e simbólico ao inscrever na sociedade brasileira contemporânea o novo entendimento sobre a igualdade entre os indivíduos, processo que culminou na decisão quase unânime do STF (2012).

O PiG e sua historicidade

O surgimento do PiG – “Partido da Imprensa Golpista”, expressão popularizada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim – pode ser entendido como a lapidação de um artefato cultural e político eficiente para contrapor a militância petista e adjacentes à ofensiva que visava assegurar a hegemonia cultural de seus adversários e suas conseqüências na esfera política. Esta acreditava, pelo menos nos momentos iniciais da disputa, que o Mensalão comprovaria a corrupção moral dos dirigentes do

Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse artefato cultural, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo, não nasceu por aqui e nem agora. Etimologicamente, ele é herdeiro de uma crítica à imprensa que remonta pelo menos a Balzac⁵ (Balzac e Mortier, [1838] 1991), que teve certamente em Karl Kraus o maior tribuno em termos de impacto internacional (Timms, 1986, 2005; Kraus, 1988; Bouveresse, 2001; Kalifa, 2007) e se fez notar no Brasil desde os primórdios de nosso jornalismo (Lustosa, 2000). As flutuações do próprio interesse intelectual na obra de Kraus pode ser uma boa medida dessa sensibilidade, que tudo indica ser crescente no mundo contemporâneo (Bourdieu e Bouveresse, 2000).

Parte do seu interesse na cena brasileira vem da contraposição que estabelece justamente com o mito de origem da grande imprensa internacional da atualidade e de sua especificação local – a ideia de que a imprensa é o legítimo Quarto Poder da República por causa de seu papel, considerado decisivo, em episódios como a Campanha das Diretas, o impedimento de Collor e... a cobertura do Mensalão (Diniz, 2012; Molica, 2005). O mito também deve muito e, não seria excessivo dizer, é decalcado do seu homólogo norte-americano: a descoberta e a cobertura do famoso caso Watergate. A memória e a iconografia desse evento são celebradas universalmente nas escolas de jornalismo e comunicações; ele se tornou uma espécie de forma canônica que fornece o quadro de referências e gradiente para enquadrar e produzir o par “escândalos e ação da mídia” em nível internacional (Pakula, 1976; Schudson, 1992). A partir de então, o “jornalismo investigativo” estabeleceu-se internacionalmente como o ramo mais nobre da profissão e também como o ponto alto da sua retórica de legitimação (Schudson, 1995; Gans, 2004). Sem se dobrar diante dos poderosos, em especial aqueles investidos de cargos públicos, o jornalista descobre suas faltas e corajosamente as expõe para a opinião pública. Assim fazendo, ele se transforma num elo fundamental da estrutura de *check and balance* da sociedade democrática e deve ser defendido e apoiado contra todos os que tentam diminuir ou contraditar seus esforços. A suposição decorrente daí, robusta em termos narrativos, é que a crítica à

mídia estará sempre eivada de preconceitos e rancores antidemocráticos.

A ideia de Quarto Poder pode ser esmiuçada de diversas formas (Schudson, 2002; Graber, 2003). Para a presente análise, parece mais promissora a da concorrência entre vários espaços por esse título de poder. Ele pode ser caracterizado como equilibrante, moderador ou fiscalizador. Desde sua conceituação parsoniana, é disputado também pelas organizações profissionais, as ONGs do presente e, tradicionalmente, as burocracias públicas militares ou civis, as quais, no modelo hegeliano, pretendem a transcendência de representar o interesse geral da nação além do caráter provisório dos equilíbrios políticos desde o advento do Estado moderno. Mas um aspecto decisivo é o prestígio internacional da imprensa, enviando o jogo a seu favor, como registram e impõem os manuais de ciência política, dos quais um bom exemplo se apresenta em Rosanvallon (2010) e sua crítica em Gaubert (2009).

Ir contra esse arrazoado, ancorado na lei, ratificado no meio acadêmico, celebrado na indústria cultural e, por conta disso, gravado na consciência de todos, não é tarefa fácil. Entretanto, mesmo uma rápida passada pelo registro dos grandes órgãos da mídia brasileira (Neto, 2011; Ombudsman, 2011; Guzzo, 2009) mostra o desconforto e indiretamente a retenção que a ideia de um “Partido da Imprensa Golpista” produz na mídia e, assim, a robustez que a categoria nativa adquiriu ao ser introduzida no debate público brasileiro. Ao fazer essa constatação somos, mais uma vez, obrigados a atribuir uma boa magnitude de capital cultural àqueles que introduziram o PiG.

Em uma primeira mirada, Paulo Henrique Amorim usou a sigla em seu blog *Conversa Afurada* depois de um discurso proferido pelo deputado petista Fernando Ferro (PE).⁶ Mas a trajetória do termo e de suas acepções até o momento da retenção é realmente o grande passo sociológico a ser esmiuçado: diversas manifestações mostram que ele não foi recebido “natural e acriticamente” como aconteceu em relação à expressão “baixo clero”. O próprio Lula, quando presidente, teria conhecido a sigla apenas quando se reuniu com os bloqueiros que apoiavam seu governo (Costa, 2010). Mesmo em blogs de sustentação que não o de Amo-

rim, o termo é usado com muito mais frequência pelos comentaristas externos do que por seus propulsores imediatos.

A qualificação das acusações e dos acusadores

As formas retóricas que se desenvolvem na disputa sugerem a continuidade do debate que, ao que tudo indica, foi iniciado no Brasil por Giannotti (1986), quando introduziu a ideia de “baixo clero” como categoria explicativa das tensões no ambiente universitário. Posteriormente, a sigla ganhou vida própria ao ser transformada em categoria nativa usada para desqualificar novos ingressantes ou simplesmente adversários nas arenas competitivas da sociedade brasileira. Assim, o PiG seria mais uma criação espúria de “blogueiros sujos” ligados à “central de boatos petista” (*O Globo*, 2006; *Folha Online*, 2006; Fraga, 2010). Essa caracterização guarda toda a tipicidade da crítica que o “alto clero” faz da produção dos “escrevinhadores de punho puído”, uma atualização até surpreendentemente próxima das figuras e das situações estudadas por Darnton (1991) para a França pré-revolucionária e generalizada como problema de história intelectual por Chartier (1982). No exemplo da história, falamos dos produtores de libelos⁷ e panfletos anônimos ou assinados por pseudônimos, em geral os “pobres diabos” de Voltaire, que se reuniam, real ou imaginariamente, na Grub Street esmiuçada por Eisenstein (1992) e tornada famosa por Darnton (2010). O progresso de então na imprensa e nos transportes permitiram a produção e a distribuição desses opúsculos, avidamente consumidos e que, segundo diversos autores, contribuíram para a dessacralização das autoridades “divinas” do Ancien Régime e assim, indiretamente, para a deflagração da Revolução Francesa (Farge, 1992; Chartier, 2000). Na atualidade, a internet teria se transformado numa nova onda de progresso tecnológico que facilitaria, agora simultaneamente, a produção e a circulação da literatura considerada difamatória das autoridades legitimamente constituídas, ou contestadora de um *status quo* cultural e político intolerável, se a situação for lida a partir do ponto de vista contrário. A novidade estabelecer-se-ia por conta de não ha-

ver espaço para a sua circulação no estado imediatamente anterior dos espaços intelectual e político e, conseqüentemente, tal dificuldade interromperia a sua produção. Nessa dupla analogia, os “pobres diabos” de Voltaire seriam os “blogueiros sujos” da atualidade enquanto a Grub Street de hoje seria a “central de boatos petista” (Aldrin, 2005; Lawson-Borders, 2005; Sunstein, 2007b; Grün, 2008b, 2011a; Boltanski, 2012).

Mas por mais tentadora que seja a analogia histórica é sempre bom lembrar que o ganho de autonomia tornou a estrutura da atividade intelectual da contemporaneidade intrinsecamente diferente daquela da França pré-revolucionária (Charle, 2004). Diversos grupos digladiam-se pela primazia intelectual, e a retórica “antibaixo-clero” é o recurso mais usado por um determinado grupo, mas não é de maneira nenhuma seu monopólio. No calor da discussão sobre o julgamento do Mensalão no STF, acompanhamos a acusação simétrica por parte de um cada vez mais caracterizado segmento do “alto clero” favorável ao atual governo federal em relação aos arrazoados dos juízes do STF. Estes, assim como os comentaristas que ecoaram as teses da culpabilidade dos antigos dirigentes do PT, foram qualificados de “Odóricos Paraguassus” (personagem do prefeito da “mítica” Sucupira, falastrão, pomposo e pouco ilustrado da novela *O Bem Amado* veiculada pela Globo em 1973, protagonizado por Paulo Gracindo⁸). Os juízes estariam praticando algum tipo de justiça sumária, veiculada por uma retórica de estilo duvidoso, e aceitariam ser açulados pelo coro da imprensa “pig-ista” (Santos, 2012). Nada mais reconhecível para quem estuda as retóricas deflagradas pelos contenciosos “alto/baixo clero” do que as categorias usadas no texto de Wanderley Guilherme dos Santos.

A evidência da partição e da disputa pela hegemonia do mundo intelectual não pode fazer do exercício analítico aqui empreendido um julgamento das posições de cada grupo, mas apenas sugerir pistas de análise a partir do tipo de retórica que está sendo usada. Nesse sentido, se é impossível deixar de levar em conta o par “alto clero/baixo clero”, é não menos necessário tratar as acusações e as presunções como um jogo de atribuições no qual eventuais propriedades intrínsecas aos indivíduos

e às situações estão largamente sobredeterminadas pelos estados sucessivos da contenda. As manifestações a propósito dos rumos do que denomino T2 – o julgamento do Mensalão por parte dos intelectuais simpáticos ao governo federal petista –, muito repercutidas na nova mídia da internet, fornecem justamente um bom contraponto factual que complexifica a apreciação da realidade e termina contribuindo para salvaguardar a objetividade sociológica da proposta de análise.

A riqueza da conjuntura brasileira nos oferece um caminho promissor. De um lado encontramos um fundamento objetivo para a pesquisa das qualidades intrínsecas dos contendores e, de outro, proverbialmente, a astúcia da razão se manifesta fornecendo sua própria “dessubstancialização objetivante”. Penso aqui no espaço estrito da política econômica, em que assistimos a uma “real” contraposição entre “alto e baixo clero”, ademais fortemente mediatizada. Nesse subespaço, ela é bem mais tipificada pela constatação da diferencialidade e do seu peso inicial e pelas formas que tem tomado a progressiva desamarração desse constrangimento. Nessa esfera, fica clara a diferença de origem e trajetória entre a chamada equipe dos “economistas do real”, o núcleo duro do grupo de economistas que formulou e implementou as políticas nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (Oliveira, 2002) e aqueles que os sucederam nos governos petistas. A diferença favorável à equipe do último governo de FHC implicaria em uma hegemonia cultural do seu grupo e a consequente imposição de sua tutela, que se impôs mesmo no período imediatamente posterior à derrota eleitoral de seu candidato à presidência. Ela começou pela base intelectual e estendeu-se às formulações mais operacionais das políticas econômicas, circunscrevendo as alternativas abertas aos formuladores e realizadores das políticas que afetam ou poderiam afetar a marcha da economia nos governos petistas.

A forma mais geral desse constrangimento pode ser encontrada nas frequentes acusações de que as políticas econômicas e sociais dos governos petistas seriam meras cópias mais ou menos fiéis daquelas implementadas pelos tucanos do governo anterior. Operacionalmente, essa pressão veio à tona com o incitamento da imprensa e de acadêmi-

cos simpáticos ao governo FHC para que os petistas, uma vez tendo alcançado posições além de suas capacidades, fizessem bem feita a “lição de casa” que os tenores do governo anterior lhes haviam prescrito. Nesse sentido, é particularmente interessante a explicação sobre as condições que possibilitaram a política não ortodoxa do segundo governo Lula e do governo Dilma com base na análise cruzada das prosopografias e do quadro de coalizões cognitivas e de grupos e no presente (Grün, 2013). A partir do segundo governo Lula, seus integrantes ganham coragem⁹ e afirmam progressivamente que o que fazem é fundamentalmente diferente do que ocorrera no governo anterior. A contraposição é muito nítida na política de enfrentamento da crise financeira, que sofreu tentativas de impugnação por parte dos até então hegemônicos “economistas do Real” sem que, aparentemente, elas tenham afetado o rumo do governo (Grün, 2011a).

Altos e baixos do Brasil contemporâneo

Da digressão que empreendemos até o momento podemos inferir que o par “baixo clero/alto clero” acabou se transformando num automatismo impensado que, legitimado, dirige a assimilação dessas disputas ao mesmo tempo culturais e políticas que são centrais na definição da contemporaneidade brasileira. Como vimos, a relação entre “baixo clero” intelectual ou político e transformações sociais tem se tornado um tema frequente entre aqueles que se ocupam da história cultural e social moderna. Observando a relação entre as categorias trabalhadas para dar conta da história e aquelas que impensadamente usamos para compreender o presente, fica fortemente sugerido que acabamos importando as anteriores. Essa discussão é particularmente viva, sobretudo em autores como Darnton, Chartier, Anderson e Thiesse, que analisam o papel do “baixo clero” intelectual e político na Revolução Francesa e na emergência dos nacionalismos dos séculos XVIII e XIX. Com efeito, não foi por acaso que Bourdieu, explicitamente inspirado na discussão histórica, ensaiou atualizar essa inspiração para explicar algumas dinâmicas sociais do *State-building* contemporâneo. Na

teoria do Estado de Bourdieu, revelada recentemente em sua sistematicidade (Bourdieu, 2012), os *grammariens*, ou membros do “baixo clero” intelectual, revoltados contra a ordem cultural e econômica que os exclui ou subordina, podem produzir dinâmicas políticas que acabam por transformar o próprio Estado. Mais do que isso, essa dinâmica estaria na origem de muitos Estados nacionais e de diversas inovações institucionais que criaram os Estados contemporâneos (Chartier, 1982; Anderson, 1983; Bourdieu, 1993, 1994, 1998, 2012; Thiesse, 1999; Chartier, 2000; Bourdieu e Chartier, 2010). Reciprocamente, podemos notar o contraste que ilumina ainda mais as peculiaridades da situação brasileira contemporânea, marcada por um otimismo que contrasta com a cena internacional (BBC, 2012). O “desempoderamento”, seguido da alienação progressiva dos pequenos funcionários públicos franceses, é a causa imediata da desgraça do mundo, a incapacidade crescente do Estado em prover o bem-estar social mínimo que foi consagrado nas convenções sociais do pós-guerra e o pessimismo estrutural que toma conta das populações que necessitam desse esteio para entrar ou permanecer na sociedade contemporânea (Bourdieu, 1993).

Sintomaticamente, no decorrer das disputas ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais em torno da aceitação dos novos rumos econômicos, grupos de “ex-integrantes do baixo clero”, como o de Delfim Neto, mostram e flexionam os *habitus* análogos aos da equipe econômica que ascendeu a partir do segundo governo Lula. Eles justificam sua adesão também pelo sucesso da ação social do governo petista, e não é por acaso que se produz uma convergência programática com a equipe atual que pode ser mesmo considerada uma convergência cognitiva (Netto, 2011). Tal paradoxo explica-se quando consideramos que, se as origens políticas de cada grupo não poderiam ser mais opostas, as origens sociais são análogas e, nesse caso, são essas que conformam os *habitus* e as inclinações em termos de cultura econômica, indo do “desenvolvimentismo” de Delfim, e dos militares que o convocaram e sustentaram, ao “neo-desenvolvimentismo” do atual governo. Estamos assim diante de mais um caso em que opera a “mágica da homologia” tão cara a Bourdieu (1984),

que empurra Delfim ao apoio das definições básicas da atual equipe governamental. Esta, por sua vez, ganha um aliado precioso na difícil tarefa de se legitimar perante setores importantes da economia, em especial o vital setor dos grandes bancos tradicionais (Safatle, 2012; Grün, 2013).

A configuração da esfera econômica mostra claramente o contraste direto entre baixo e alto clero. Quanto à esfera da política e da vida intelectual que a suporta, é preciso impor *nuances*. Uma proposta lançada como hipótese em outra ocasião (Grün, 2013) e cada vez mais sugerida pela análise de listas de apoiadores das candidaturas a cargos eletivos importantes nos âmbitos federal e regional, em especial na campanha às prefeituras de São Paulo e Campinas em 2012, é de que parte do “alto clero” intelectual, medido pelas métricas consagradas da cientometria do presente, tem cada vez mais respaldado a política e a gestão econômica do governo federal petista. Creio que esse apoio pode ser explicado por tensões internas ao espaço cultural profundamente modificado pelo predomínio da visão economicista e especificamente financista dos problemas nacionais no período FHC e pela expansão recente do sistema universitário público (Grün, 2005b). E, internamente ao espaço dos economistas, a explicação incide sobre o suporte que Delfim Neto, Bresser Pereira e outros economistas reputados, e mercados geracionalmente, têm dado aos governos petistas.

Talvez encontremos uma boa chave explicativa se ampliarmos a demonstração para explorar o conflito das diversas disciplinas de humanidades pelo direito, ou monopólio público, de “dizer o Brasil”. Concretamente, “dizer o Brasil” significa construir e fazer aceitar as categorias que delineiam a percepção da realidade do país, institucionalizando suas versões legítimas. Esse atributo, central da hierarquização do mundo intelectual, esteve quase totalmente nas mãos dos economistas neoclássicos próximos do mundo financeiro no período FHC e, não por acaso, prevalecia sua visão rigorista dos pequenos graus de liberdade concedidos às atividades de política social ativa, então totalmente subordinada ao que essa corrente estabelecia como os “limites do orçamento”.

Nesse contexto, o Brasil era concebido a partir de uma retórica econômica pessimista, trazida pela economia política clássica e seus desenvolvimentos posteriores. Para a presente digressão, importa estabelecer que a palavra-chave da frase anterior é “economia”. No período FHC, os economistas neoclássicos e seus porta-vozes ocuparam praticamente a totalidade do espaço discursivo que importava para “dizer o Brasil”. Nos governos petistas aconteceu uma rejunção entre as políticas econômica e social que restabeleceu o “fundo de comércio” das outras disciplinas (Grün, 2005a e b). Assim, na tentativa de dotar o Estado de mecanismos de intervenção social mais amplos e capilarizados e, principalmente, na sistemática recomposição do valor do salário mínimo, tal integração, característica distintiva do atual governo de Dilma Rousseff e concretizada na extensão da política social que lhe confere, segundo seus apoiadores, uma centralidade inédita na história do Brasil, é inextricavelmente um fenômeno político e intelectual – uma esfera apoiando a outra. Sua ocorrência termina por carrear apoios à atual administração federal, além de solidificar a família intelectual de que ela é originária num panorama internacional pouco favorável à sua expansão, como mostra a gestão da crise financeira atual na maior parte dos países ocidentais.

Na nova paisagem intelectual, o “problema do Brasil” deixou de ser o “descalabro econômico” causado pela inflação e se transformou no “resgate da dívida social” produzida pelas elites tradicionais insensíveis às demandas e às necessidades populares. Caso houvesse a estabilização da moeda brasileira, assim como o correlativo comportamento do governo, seguir-se-ia um período de crescimento econômico, uma vez que os investidores e demais agentes econômicos estariam seguros de que a estabilidade nos ambientes econômico e político permitiria o investimento de longo prazo, tanto o econômico quanto o de outras naturezas.

Por outro lado, as políticas sociais engendrariam um ciclo virtuoso de crescimento econômico e de otimismo produzido pelo aumento da demanda de produtos populares e pela inclusão na cidadania dos vastos setores da população até então dela excluídos. De fato, a transformação parece ser fácil de compreender, mas ela só é possível a partir de

mudanças profundas no conjunto de convenções cognitivas que rege a apreensão da realidade. No arrazoado que fundamentava a convenção anterior, nada poderia ser feito ou durar enquanto o problema das contas públicas não fosse resolvido. Consequentemente, qualquer reivindicação social ou de outra natureza – ambiental, por exemplo – era facilmente fulminada com base em uma argumentação sobre a impossibilidade do seu custeio e no ceticismo sobre a capacidade governamental de solucionar qualquer problema social concreto. E a armadilha político-intelectual do período tinha a ver com o fato de os ocupantes dos postos governamentais voltados para a economia e seus intelectuais mais próximos possuírem o monopólio prático de aferir e dizer o que era e como deveria ser gerido o “descalabro”, tendo a seu favor o ceticismo internacional da época que relativizava o possível impacto de qualquer política social sistemática. É difícil escamotear a violência simbólica perpetrada permanentemente no período sobre aqueles que ousassem se insurgir contra o império intelectual da contabilidade pública definida pela ortodoxia ou contra o bom senso avesso às políticas sociais. Eram rapidamente intitulados “dinossauros” e enviados para o parque Jurássico, não sem antes passarem pelo corredor polonês imposto pela mídia tradicional (Tavares, 1997; Grün, 2005b). O pensamento econômico hegemônico ocupava todos os espaços e constringia qualquer contestação. Como resultado, o jogo intelectual pendia decisivamente para aqueles economistas e comentaristas midiáticos informados pelo “bom senso” que deles emanava; as outras modalidades de intelectuais eram confinadas à técnica de suas especializações e, mesmo lá, sujeitos à extensão da competência da ortodoxia dominante (Almeida, 2008).

Descalabro econômico e moral ou resgate da dívida social?

O escândalo do Mensalão deflagra e carrega evidentemente uma mnemônica que faz lembrar o descalabro econômico. Parte do impacto que ele causou na dinâmica política e cultural pode ser explicada justamente por essa virtualidade de juntar

todos os partidários da ordem cultural ameaçada em torno de uma bandeira que ganhou apelo popular, reiterando os conteúdos latentes que remetem à necessidade de ordem como condição preliminar para qualquer progresso. Nessa dinâmica, a “anomia” cultural do poder que o jogo eleitoral conferiu ao grupo saído do “baixo clero” só poderia ser um sintoma da anomia mais geral – econômica, política, social – que estaria ameaçando a sociedade como um todo. Assim, a “roubalheira” dos petistas e asseclas, denunciada e reiterada nesse episódio, seria mais uma manifestação dessa chaga que nos persegue desde Pedro Álvares Cabral e que os homens de bem, educados e criados propriamente, têm por missão patriótica evitar a qualquer custo. Seguindo a inspiração sugerida pelos quadros culturais do capitalismo tardio indicados por Douglas (1996) com base nas consequências culturais da partição “hierarquia *versus* mercado” de Weber (1995), a resposta para esse problema seria mais uma rodada de rigorismo, desde a esfera moral até a orçamentária. Os petistas, identificados como o “baixo clero” intelectual, estariam aliados ao “baixo clero” político em geral, fomentando o perigo que desafia a estabilidade das instituições políticas e econômicas duramente conquistadas no imediatamente anterior período FHC. Não é demasiado dizer que o quadro poderia ser caracterizado como os plebeus petistas ameaçando a ordem conquistada pelo grupo mais patricio que já frequentou os governos federais. A purificação política seria, assim, uma necessidade imperiosa, inclusive para a manutenção ou a conquista do bem-estar econômico, mas também para a restauração de certa ordem cósmica que dá segurança aos constructos do homem sobre a Terra.

Correlativamente, a maior ou menor capacidade de criar e difundir tal associação na sociedade fornece o gradiente dos estados sucessivos de predomínio ou declínio da cultura que difunde a ideia de descabro. Em minha proposta de análise “metapolítica”, a aferição possível desses “estados d’alma” da sociedade se dá essencialmente durante os processos eleitorais, quando aumenta a probabilidade de disputa por uma agenda amplamente difundida. Afinal, há ideias circulando, métodos de pesquisa “qualitativa” que se constituem em instrumentos para aferi-las, além dos “marqueteiros”, profissionais

que se encarregam de empalmá-las e mercadejá-las na sociedade.¹⁰ E os resultados das eleições talvez demonstrem que essa pregação certamente ecoa, mas não tem sido hegemônica no Brasil.

Já quando nos encaminhamos para a era do “resgate do social”, o mundo, ou seja, as categorias de apreensão da realidade que acionamos automaticamente, altera-se drasticamente, como nas revoluções científicas submetidas ao quadro de análise da filosofia analítica (Horwich, 1993). Uma série de atos e palavras governamentais antes condenados foi se tornando comum, a começar pela valorização do salário mínimo, a intensa formulação e extensão de políticas sociais antes consideradas impossíveis ou ao menos indesejadas e outras heresias. Mas antes de avaliar a qualidade intrínseca do conteúdo e da extensão dessas novidades, aqui importa mais o registro de que seus formuladores e todos os que os apoiam ganharam cidadania intelectual, e isso alterou a estrutura do jogo nas esferas culturais, acadêmicas e políticas. Encontramos, assim, uma notável homologia entre as disputas no âmbito intelectual e acadêmico e o espaço de formulação das políticas econômicas e sociais. A tensão especificamente cultural “empurrou” diversos grupos para a defesa das novas políticas de um governo vindo da esquerda do espectro político, o que com certeza o revigorou a ponto de apresentar uma notável resiliência diante dos escândalos que o sacudiram.

Por fim, a armada intelectual constituída na esfera da cultura ajuda os governos petistas a resistir às tentativas de deslegitimá-lo oriundas da direita do espectro político e da mídia tradicional, entre as quais o Mensalão talvez seja a mais consistente e constante. É assim que, a meu ver, está solucionado o segredo da resiliência dos governos petistas diante da crítica tradicional, ao menos no âmbito ideológico. Operacionalmente, uma boa questão para tratar o contencioso e confirmar tal hipótese é o seguimento das habituais denúncias sobre a existência de receptores indevidos no programa Bolsa Família ou em outras políticas de redistribuição de renda do Ministério do Desenvolvimento Social. A sociologia pragmática oferece uma boa pista investigativa ao indicar a procura do “aumento de generalidade” nos debates sociais para aferir seus resultados efetivos (Boltanski, 2009, p. 148).

Em um panorama dominado pelo rigorismo antidescalabro, essas denúncias tendem a deflagrar a busca frenética por acusações análogas e fazer a sociedade produzir ou aceitar outras semelhanças inusitadas com o que denominam situação de caos e escândalo. Esse somatório deveria conduzir à deslegitimação do programa, prelúdio do seu encerramento ou descaracterização, como no caso do “salário-família”, tornado irrelevante no decorrer do tempo. Durante o processo do Mensalão, por sua vez, as buscas da “bala de prata” que deveria fulminar Lula e seu prestígio são bons exemplos de como funciona essa dinâmica a um só mesmo tempo cultural e política. Se, ao contrário, a legitimidade do princípio estruturador do “resgate da dívida social” estiver de pé, nesse caso as denúncias serviriam apenas de exemplos de disfunções, as quais, uma vez corrigidas, acabariam melhorando a eficiência do sistema e das políticas redistributivas em geral. Com efeito, a constatação de um desfecho mais próximo dessa última hipótese em relação à primeira, bastante razoável no início dos anos 2010 no Brasil, leva-nos novamente ao problema da possibilidade bastante concreta da transferência de hegemonia intelectual.¹¹

Da “concretude” da política econômica à “vacuidade” da disputa cultural

Ainda que os respectivos históricos sejam bem identificados, o tratamento conjunto Mensalão-PiG representa não só uma oposição simbólica, mas também um par de neologismos recentes, cuja gênese e difusão são recuperáveis na internet. É claro que podemos encontrar utilizações anteriores de cada um dos dois termos ou dos conteúdos que eles têm abarcado nos governos petistas. Caso elas se confirmem, terão provavelmente um sentido diferente, já que serão referidas a oposições menos fundamentais na disputa política. Mas o par genérico “imprensa a serviço das elites tradicionais *versus* governo comprometido com as aspirações populares” parece ser uma repetição de certas interpretações relativas à situação crítica vivida durante a última crise do segundo governo Vargas.¹²

Nessa rubrica, é interessante analisar outros

períodos de disputas culturais e políticas agudas, como justamente a do suicídio de Vargas em 1954. Assistimos recentemente, no calor da disputa do Mensalão, a ensaios de reescritura do famoso crime da rua Tonelero, ocorrido em agosto daquele ano: a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda que teria sido perpetrada pelos (ou a mando de) membros da guarda particular de Vargas, dando novo alento às versões contestatórias da história oficial (Cony, 2004; Mendonça, 2002). Em termos de história intelectual, trata-se de um exemplo significativo de desestabilização de uma versão “pacificada” da história do Brasil que muito provavelmente é reflexo do contencioso que agita nossa “República das Letras” contemporânea. Esse curioso contencioso “recém-reaberto”, além de outros como o da Escola Base,¹³ ou os processos de execração pública e cassação de mandato, seguidos de reconsideração moral *de facto* de Ibsen Pinheiro e de Alceni Guerra são marcadores expressivos dos contornos dessa temática no Brasil de hoje. Poderíamos mesmo construir uma série a partir das analogias, e diferenças, entre esses episódios, e certamente ela carregaria forte poder explicativo das dinâmicas cultural e política da sociedade, colocando-nos, mais uma vez, diante da necessidade imperiosa de buscar as fontes de estudo da nova morfologia social, a cujo engendramento estamos assistindo nesse fascinante início do século XXI.

Uma boa pergunta teórica para a sociologia pragmática (Boltanski, 2009) é justamente sobre a relação entre uma desestabilização “primeva” da realidade (no nosso caso as polêmicas em torno do Mensalão/PiG) e as outras que a seguiram na cronologia do Brasil contemporâneo. Analogamente, podemos decalcar a hipótese de Jack Goody (1986) sobre o espraçamento da escrita a partir da Mesopotâmia de 5 mil anos atrás tanto para o oriente quanto para o ocidente: não se exporta a forma específica de escrita, mas apenas a ideia de se registrar os atos e os pensamentos de modo a serem reconhecidos e perenizados. Por que aqui apenas certos aspectos e não outros, também relevantes para parcelas da sociedade, podem ser contestados e polemizados? Essa capacidade de desestabilizar a realidade está espalhada por toda sociedade ou apenas restrita aos setores dotados de capital cultural

suficiente para serem reconhecidos como locutores legítimos da história ou do presente?

Quando o foco recai sobre a realidade brasileira, esbarramos claramente nos limites da sugestão “pragmática” e, dados empíricos considerados, somos conduzidos obrigatoriamente de volta aos princípios da sociologia crítica de Bourdieu. De fato, seguindo nosso roteiro “epidemiológico”, vemos jornalistas que pouco puderam agir na época do crime da rua Tonelero levantarem novamente, agora já consagrados nesse início de século XXI, dúvidas sobre a versão estabelecida da história até então “pacificada” (Cony, 2004). Da mesma forma, órgãos que se consideram a consciência pública da imprensa, em especial da bem estabelecida, são criados por membros outrora centrais no meio jornalístico que retornam ao trágico caso da Escola Base, cujos donos foram acusados injustamente pela imprensa de abuso sexual contra crianças, para lembrarem (e constrangerem) seus pares, agora proeminentes profissionais, do que consideram ser os limites da sua atividade (Dines, 2006). No mesmo sentido, podemos generalizar o processo ao avaliar os principais blogs que se contrapõem à mídia bem estabelecida e costumam repercutir e apoiar os pontos de vista do governo federal e do seu principal partido político. Eles foram criados e continuam sob a batuta pessoal de jornalistas outrora importantes no circuito dominante e se tornaram instrumentos para a sua reconversão profissional.¹⁴ Assim, nossos processos de estabilização e desestabilização ganham inteligibilidade sociológica tanto na dimensão “gramática”, isto é, na ordem do discurso, quanto na morfológica, que concerne à estrutura social medida por indicadores. Na primeira esfera, os estabilizadores e os desestabilizadores, dotados do domínio técnico da linguagem, sabem, até certo ponto, produzir mensagens inteligíveis no atual momento do debate público. No segundo eixo, eles possuem trajetórias políticas e profissionais que lhes conferiram notoriedade, isto é, as grandes magnitudes de capital simbólico que geram a atenção social necessária para que suas mensagens sejam percebidas e avaliadas. Assim, a empiria sociológica brasileira – sem desprezar, evidentemente, essa dimensão – obriga-nos a ir bem além do sentido da

expressão “o que está sendo falado?”, em direção ao nosso tradicional e perene bordão “sabes com quem estás falando?”. Consta-se, portanto, uma importante divisão no polo jornalístico da atividade cultural produtor de uma dinâmica que pode ser explorada internamente ou no movimento político mais geral. E mais: um corolário analítico interessante e saboroso é que tudo se passa como se a tensão intelectual sobre como dar conta do presente também desestabilizasse o passado.

O acompanhamento cotidiano do que podemos chamar de “primeira fase” do Mensalão mostra a hipótese da sociologia da religião se corporificando. Instaurou-se uma corrida profissional no meio jornalístico para procurar o chamado “batom na cueca” – a prova indelével e irrefutável da culpabilidade de Lula nos deslizos apontados. Se, ao que parece, passados oito anos de busca e depois de finalizado o julgamento no Supremo Tribunal Federal, tal comprovação não surgiu, isso deixou de ser relevante, porque a própria corrida construiu a verossimilhança da culpa, ao menos nos setores que se informam e constroem a opinião política e moral através da grande imprensa.

Os vários momentos e as “quase certezas” de cada reportagem, a nova denúncia ou o ciclo alimentado pela interação das duas ordens de fenômenos midiáticos construíram uma espécie de mosaico cuja forma já era suficiente para corroborar o que “todo mundo já sabia”, embora faltasse o detalhe final. Um corolário importante dessa configuração é que no meio jornalístico estabelecido, provido por critérios competitivos e cooperativos, desdenhar da existência do Mensalão e do papel que Lula exerceu ali é uma liberdade de espírito impossível, porque compromete a estrutura de legitimação do grupo profissional. Aqueles que insistem nessa postura se fragilizam nas redações da imprensa consagrada e tendem a se aproximar do “bloco dos blogs” (ou do bloco que comporta a área de relações públicas, no setor público ou privado, proveniente do jornalismo estabelecido), tornando-se marginais na profissão, embora possivelmente ganhem maior evidência no processo político.¹⁵ Visto de fora, tal panorama tem tudo para alimentar hipóteses conspiratórias, senão como explicar que os indícios de culpabilidade de Lula e de seus auxiliares, ainda

que frágeis, tenham sido investigados à exaustão, enquanto evidências em sinal contrário – que vão desde a modéstia de seu patrimônio até sinais de comportamento semelhantes aos de seus adversários na criação e na manutenção de coalizões parlamentares – tenham sido desprezadas sem cerimônia? *Mutatis mutandis*, parece-me que ocorreu no âmbito da política e da justiça a mesma dinâmica de competição e cooperação que se dá no meio jornalístico – um produto típico de um campo profissional funcionando plenamente –, o que produz, reproduz e reforça processos e movimentos como o Mensalão e o PiG.

A dinâmica dos fatos e sua condensação em episódios

Vários indícios compuseram a hipótese de que esse período controverso é constituído e apresenta novidades morfológicas importantes, que dão a base para as novidades políticas. Como uma espécie de consagração do significado mais geral da dinâmica desses processos, há também contraposições que objetivam suas disputas e servem como verificadores empíricos das características dos contenciosos, dos contendores e de suas propriedades sociais. A análise dos momentos mais agudos da disputa revela dois polos com geometria circunstancialmente variada, mas com núcleos cada vez mais constantes, o que denota a possibilidade de que esse arranjo se torne uma prática consolidada em um futuro não muito distante.

Um exemplo marcante nesse sentido, fartamente midiático, transcorreu no início de 2010, quando a questão envolvida na proposição do PiG emergiu nitidamente em dois eventos claramente opostos e diretamente relacionados. O primeiro ocorreu na interface entre o governo federal atingido pelos escândalos e os grupos que contestam a predominância da mídia privada tradicional e das elites culturais conservadoras. O segundo agrupou justamente a mídia *mainstream* e seus apoiadores – nomes de peso do período presidencial de FHC, como Boris Fausto e José Arthur Giannotti –, carregando uma penca de atores que, mesmo reivindicando a condição de acadêmicos, poderiam ser cha-

mados de arrivistas, se considerarmos os frios critérios classificatórios cientométricos da inserção e da consagração acadêmicas vigentes hoje. Naquele momento, o contencioso poderia ser identificado a partir da contraposição entre a I Conferência Nacional de Comunicação,¹⁶ convocada por setores do governo e apoiada por aqueles que criticam a mídia tradicional, e o I Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, organizado pelo Instituto Millenium e fortemente apoiado pela associação dos proprietários de jornais.¹⁷ Essa dupla de eventos claramente simétricos e opostos é uma porta de entrada magnífica para o estudo do urdimento e das formas de continuidade da contraposição, além de servir de guia para pesquisas que buscam outras condensações relevantes surgidas, em geral, na esteira de um evento politicamente importante e controverso.

É assim que nosso exercício de sociologia política inspirada nos enfoques da sociologia da religião nos conduz a uma explicação da lógica envolvida em movimentos como o Mensalão e o PiG. Quaisquer que sejam os aportes empíricos “objetivos” trazidos pela análise dos comportamentos “efetivos” dos grupos midiáticos ou dos apoiadores do governo petista, sobram evidências de validação desse novo tipo de entidade, haja vista a realização simultânea, com pompa e circunstância, dos dois eventos mencionados anteriormente: espécie de “missas” simétricas, em que cada um dos dois grupos cultua e entroniza suas entidades no panteão político brasileiro. E, não menos interessante, tal dualismo empurra e corporifica o par Mensalão-PiG. A exaltação de um deus tem como contrapartida a reiteração de seu antagonista, o diabo, reforçando o sistema simbólico que produz as categorias de apreensão da realidade discutidas aqui.

No espaço mais restrito das disputas culturais propriamente ditas, é também notável, e altamente indiciário, que o fragor das lutas também amplia, depura ou restringe os contingentes intelectuais que sustentam cada uma das pontas do nosso par. Nesse sentido, o instante T2 – posterior à condensação apresentada aqui – acrescenta poder revelador ao jogo. As hostes que atacavam o Mensalão, parcialmente dispersas pelas derrotas eleitorais seguidas na disputa presidencial de 2010 e na eleição municipal de São Paulo em 2012, encontram um excelente ponto de encontro no repúdio a práticas

espúrias associadas à imagem daquele evento (ou pseudoevento). Não é por acaso que o julgamento do Mensalão no segundo semestre de 2012 ganhou tanta atenção e lançou luzes inéditas sobre os protagonistas diretos e sobre os comentaristas do rito jurídico a ele associado. As sentenças lavradas ali podem ser consideradas definitivas pelos juízes que as proferiram e pelos membros do grupo que a proclamaram, mas, creio ter demonstrado, imaginar que a realidade por eles anunciada está estabilizada é pouco sábio sociologicamente.

O processo que levou à construção da ideia engendrada sob a sigla PiG tem vários aspectos desafiadores em termos analíticos e também para os políticos e intelectuais que investiram suas energias na corporificação dessa ameaça. Vimos que se os traços mais gerais do PiG são enraizados historicamente, compartilhados e mesmo reiterados pela ação contrária dos grupos adversários, sua denominação revela hostilidade. Tal situação não surpreende, já que se trata de uma criação intelectual de um segmento inferiorizado no mundo cultural; daquilo que os usos e costumes da sociedade brasileira contemporânea convencionou chamar, e estigmatizar, de “baixo clero”. A confissão do seu uso através da incorporação da denominação é um ato penoso mesmo para indivíduos que objetivamente poderiam ser considerados integrantes dessa categoria, como vimos na menção ao próprio Lula. Isso porque empurra seu usuário a assumir o rótulo de membro do “baixo clero”, crente e propagador de teses conspiratórias rechaçadas pelo bom senso, contra o qual se levantam as armas e a lógica de nosso “razoabilismo”. Talvez aí resida uma das maiores fontes de resiliência da ordem intelectual tradicional e da proeminência de seus defensores diretos. Ela se nutre de uma rede de significados que ao mesmo tempo produzem e reiteram o bom senso.

Conclusão

É dessa maneira que a inércia cultural joga a favor do Mensalão e contra o PiG. Na linguagem derivada da estratégia militar, ela transformou a luta pelo reconhecimento do Mensalão em *downhill* e, ao contrário, tornou *uphill* o reconhecimento do

PiG. Com efeito, essa analogia ajuda a dar conta das possibilidades, embora restritas, da sua apreensão pela parcela da sociedade que disputa a primazia cultural, ao menos em tempos apaziguados. Mas será que esta segunda década do século XXI corresponde a essa normalidade? Assim como o uso de um determinado tipo de remédio tem alta correlação com a prevalência da doença que ele promete curar ou controlar, a instalação de nossas “entidades” e mesmo o uso abundante, e desabrido, de expressões como “baixo clero” e “lição de casa” denotam a existência de um intenso conflito cultural na sociedade brasileira contemporânea, o qual, por sua vez, reflete as dificuldades de acomodação entre os velhos estratos sociais e os novos grupos que vêm se formando em “velocidade estonteante”.

O ponto de equilíbrio da configuração que tentei desvelar se encontra nas consequências da homologia entre o espaço cultural e a estrutura social. Os efeitos do conflito cultural deflagrado no período FHC fizeram setores do “alto clero” serem empurrados e obrigados a apoiar um governo enquadrado na categoria “baixo clero”, ou seja, o governo petista. Este não só se legitima como também embaça a própria hierarquia cultural, a ponto de assistirmos à fragorosa derrota do “alto clero” tradicional na questão das cotas universitárias, a qual, não é demais registrar, carrega e impõe uma antropologia filosófica antípoda à do meritocratism tradicional que embasea a ideologia costumeira e o *habitus* do “alto clero”. O mundo não virou de ponta cabeça, tanto é que o julgamento do Mensalão preservou a percepção tradicional da realidade. Mas os contornos da decisão mostram que não se trata de um pacto consensual ou apaziguado, e isso quer dizer que a cultura dominante claudica. Na chave intelectual do materialismo cultural que desenvolvo, essa é a verdadeira fonte dos graus de liberdade que balizam o que temos agora e o que podemos esperar do futuro.

Notas

- 1 É justamente baseada em Fleck que Mary Douglas questionará a timidez de Berger e Luckman na extensão de suas conclusões sobre o problema da objetivi-

- dade nas ciências humanas para abarcar também as chamadas ciências “duras”. Voltando a Fleck ([1935] 1979, pp. 46-47), esse autor faz o mesmo reparo a Durkheim, mesmo considerando-o seu inspirador direto (Berger e Luckmann, 1966; Douglas, 1986).
- 2 No caso que estamos focando, a análise histórica e sociológica do passado, além de suas virtudes intrínsecas de explicar a lógica das situações que dão conta de momentos certamente importantes da história, também nos permite objetivar o presente. Aqui, agora e no nosso próprio espaço social mais direto da produção e da circulação de ideias que organizam a apreensão do Brasil contemporâneo, a exacerbação dos ânimos na esfera intelectual e na política produz sentimentos dilacerantes que separam amigos com trajetórias até então muito próximas, substituindo a empatia por antipatia. Evidentemente no automatismo dos nossos *habitus* a apreensão só pode ser feita na esfera moral. Mas a compreensão científica do passado talvez nos ajude a relativizar os novos sentimentos e a restabelecer pontes recentemente explodidas.
 - 3 A demonstração “clássica” dessa ordem de fenômeno social no estudo sobre a formulação, mais propriamente, da explicitação, da teoria cósmica e política do feudalismo europeu em Duby (1978) é, posteriormente, invocada como exemplo por diversos autores, entre os quais Bourdieu.
 - 4 Os mercados e o sistema financeiro no geral vivem em simbiose com as diversas instâncias do Estado, em especial as regulatórias, tornando constitutivo o problema da captura dessas últimas por agentes privados. Esse entrelaçamento aumenta com o tempo, na medida em que produtos financeiros mais sofisticados demandam mais supervisão estatal para se estabilizarem como alternativas viáveis. Esse ambiente é particularmente propício à disseminação de teorias conspiratórias – ancoradas ou não no real – sobre vieses na ação daquelas agências em favor ou desfavor dos diversos setores em concorrência ou do sistema financeiro como um todo na sua relação mais ampla com o restante da sociedade.
 - 5 Ver Kalifa (2007), para a recepção imediata à críticas de Balzac e a evolução posterior desse forma de contencioso no século XIX.
 - 6 Disponível em <http://www.conversaafiada.com.br/>; http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_da_Imprensa_Golpista.
 - 7 O filme francês *O insolente* (1996), dirigido por Edouard Molinaro, com Fabrice Luchini no papel central de Beaumarchais, apresenta um diálogo delicioso transcrito no cárcere entre este personagem das “altas letras” e um “pobre diabo” que discorre sobre suas estratégias literárias e de *marketing*.
 - 8 Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Odorico_Paragua%C3%A7u.
 - 9 E aqui nada é mais sociologicamente explicável do que a “coragem” ganha pelos petistas na medida em que, no decorrer dos anos, desempenham posições e se enraízam no campo do poder.
 - 10 Uma boa pista de pesquisa complementar a essa digressão seria justamente a da gênese e do desenvolvimento da aura de “genialidade” dos nossos profissionais do *marketing* político e da oposição e complementaridade enxergada entre eles e os cientistas políticos encarregados das medições “objetivas” da ação política.
 - 11 Segue no livro de Boltanski uma alentada discussão sobre como medir a dominância das classes dominantes no capitalismo contemporâneo que pode ser muito útil na qualificação e requalificação de nossos contendores nas esferas política e intelectual.
 - 12 Essa interpretação pode ser decalcada, por exemplo, da biografia de Samuel Wainer, jornalista que fundou e editou o jornal *Última Hora* com o estímulo direto de Getúlio Vargas no início dos anos de 1950. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel_wainer.
 - 13 A esse respeito, ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Base.
 - 14 Em especial Luiz Nassif, Paulo Henrique Amorim e Luiz Carlos Azenha, cujas biografias profissionais estão registradas na Wikipédia brasileira. É necessário ter em conta que tais perfis são moventes, acompanhando o jogo social de acumulação e impugnação de capital simbólico dos atores sociais relevantes e, indiretamente, servindo também de índice para a postulação do rol de atores sociais relevantes. Para uma problematização da Wikipédia como fonte científica e como espaço de luta pela reputação dos famosos, ver Sunstein (2007a).
 - 15 A trajetória recente de Paulo Moreira Leite, jornalista de grande visibilidade, é um bom indício desse processo. Nesse sentido, investigar trajetórias análogas menos salientes seria um objeto profícuo de pesquisa.
 - 16 Disponível em <http://www.confecom.gov.br/>.
 - 17 Disponível em <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/agenda/2010/02/18/imprensa33824.shtml>.

BIBLIOGRAFIA

- ALDRIN, P. (2005), *Sociologie politique des rumeurs*. Paris, PUF.
- ALMEIDA, A. M. F. (2008), “O assalto à educação pelos economistas”. *Tempo Social*, 20: 163-178.
- ANDERSON, B. R. O. G. (1983), *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres, Verso.
- BALZAC, H. d. & Mortier, D. ([1838] 1991). *Illusions perdues*. Paris, Presses Pocket.
- BBC (2012). “Brasileiros são os mais otimistas em pesquisa global sobre rumos da economia”. Disponível no site BBC, atualizado em 9 de julho de 2012.
- BERGER, P. L. & Luckmann, T. (1966), *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. Garden City, NY, Doubleday.
- BIRNBAUM, P. (1979), *Le peuple et les gros: histoire d'un mythe*. Paris, B. Grasset.
- BOLTANSKI, L. (1982), *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris, Minuit.
- _____. (2009), *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris, Gallimard.
- _____. (2012), *Enigmes et complots: une enquête à propos d'enquêtes*. Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, P. (1980), *Le sens pratique*. Paris, Minuit.
- _____. (1984), *Homo academicus*. Paris, Minuit.
- _____. (1993). *La misère du monde*. PARIS, Seuil.
- _____. (1994), *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris, Seuil.
- _____. (1998), “La main droite et la main gauche de l'Etat”, in _____, *Contre-feux*, Paris, Liber-Raisons d'Agir, vol. 1, pp. 9-17.
- _____. (2002), *La domination masculine: suivi de quelques questions sur le mouvement gay et les-bien*. Paris, Seuil.
- _____. (2012), *Sur l'Etat: cours au Collège de France 1989-1992*. Paris, Raisons d'Agir/Seuil.
- BOURDIEU, P. & BOUVERESSE, J. (2000), “L'actualité de Karl Kraus”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, pp. 119-126.
- BOURDIEU, P. & CHARTIER, R. (2010), *Le sociologue et l'historien*. Marseille, Agone.
- BOUVERESSE, J. (2001), *Schmuck ou le triomphe du journalisme: la grande bataille de Karl Kraus*. Paris, Seuil.
- BRASS, P. R. (2000). “Foucault steals political science”. *Annual Review of Political Science*, 3 (1): 305-330.
- CALMES, J. R. a. J. (2009), “False ‘Death Panel’ rumor has some familiar roots”. *The New York Times*, 13 ago.
- CHAMPAGNE, P. (1984), “La manifestation: la production de l'événement politique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52-53: 18-41.
- CHARLE, C. (2004), *Le siècle de la presse, 1830-1939*. Paris, Seuil.
- CHARTIER, R. (1982), “Espace social et imaginaire social: les intellectuels frustrés au XVIIIe siècle”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 37 (2): 389-400.
- _____. (2000), *Les origines culturelles de la Révolution française*. Paris, Seuil.
- CHUECA, M. (2012), “Les attentats du 11 mars 2004 à Madrid et les ‘théories de la conspiration’”. *Agone*, 47: 105-143.
- CONY, C. H. (2004), “História mal contada.” *Folha de S. Paulo*, 24 ago.
- COSTA, B. (2010), “Em entrevista a blogs pró-governo, Lula faz críticas à imprensa: Presidente diz que mídia praticou ‘leviandades’ e ‘inverdades’ contra ele e diz que vai virar blogueiro. Dos 10 blogs escolhidos para sabatina, 8 apoiam governo; petista critica Serra por agressão na eleição, e tucano revida”. *Folha de S. Paulo*, 25 nov.
- CURTIS, M. H. (1962), “The alienated intellectuals of early Stuart England”. *Past & Present*, 23 (1): 25-43.
- DARNTON, R. (1991), *Edition et sédition: l'univers de la littérature clandestine au XVIIIe siècle*. Paris, Gallimard.
- _____. (2010). *The devil in the holy water or the art of slander from Louis XIV to Napoleon*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

- DE BLIC, D. (2003). *Le scandale financier: naissance et déclin d'une forme politique*. Paris, ES-SEC.
- DE BLIC, D. & Lemieux, C. (2005), "Le scandale comme épreuve: éléments de sociologie pragmatique". *Politix*, 18 (31): 9-38.
- DESROSIÈRES, A. (2008), *L'argument statistique*. Vol. 2: *Gouverner par les nombres*. Paris, Mines ParisTech-Les Presses.
- DINES, A. (2006). "Rescaldo dos escândalos: em defesa da opinião pública". *Observatório da Imprensa*, 10 abr.
- DINIZ, L. (2012), "A mídia e o julgamento do mensalão". *Jornal de Debates*, 9 ago.
- DOUGLAS, M. T. (1986), *How institutions think*. Syracuse, NY, Syracuse University Press.
- _____. (1996), *Thought styles: critical essays on good taste*. Londres/Thousand Oaks, Sage.
- DOUGLAS, M. & Ney, S. (1998), *Missing persons: a critique of the social sciences*. Berkeley/Nova York, University of California Press/Russell Sage.
- DUBY, G. (1978), *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*. Paris, Gallimard.
- EISENSTEIN, E. L. (1992), *Grub Street abroad: aspects of the French cosmopolitan press from the age of Louis XIV to the French Revolution*. Oxford/Nova York, Clarendon Press.
- FARGE, A. (1992), *Dire et mal dire l'opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris, Seuil.
- FLECK, L. ([1935] 1979), *Genesis and development of a scientific fact*. Ed. Thaddeus J. Trenn e Robert K. Merton. Chicago, University of Chicago Press.
- FOLHA ONLINE. (2006). "COORDENADOR DE ALCKMIN ACUSA LULA DE ESPALHAR BOATOS; LULA ALERTA PARA PRIVATIZAÇÕES". *FOLHA DE SÃO PAULO*, 10 out.
- FRAGA, P. (2010), "Serra acusa governo de financiar 'blogs sujos' e perseguir jornalistas". *Folha de S. Paulo*, 19 ago.
- GAMSON, W. A. (1992), *Talking politics*. Cambridge/Nova York, Cambridge University Press.
- GANGNEUX, G. (1959), "Le bas clergé sous l'Ancien Régime: l'exemple d'une cure aux XVIIe et XVIIIe siècles". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, pp. 745-749.
- GANS, H. J. (2004), *Deciding what's news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time*. Evanston, Northwestern University Press.
- GAUBERT, C. (2009), "Genèse sociale de Pierre Rosanvallon en 'intellectuel de proposition'". *Agone*, 41-42: 123-147.
- GIANNOTTI, J. A. (1986), *Universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo, Brasiliense.
- GINZBURG, C. (1991), "Représentation: le mot, l'idée, la chose". *Annales ESC*, pp. 1219-1234.
- GINZBURG, C. & Rueff, M. (2010), "Représenter l'ennemi: sur la préhistoire française des protocoles", in C. Ginzburg, *Le fil et les traces: vrai faux fictif*, Lagrasse, Verdier, pp. 275-304.
- GIRARDET, R. (1986), *Mythes et mythologies politiques*. Paris, Seuil.
- GOODY, J. (1986), *The logic of writing and the organization of society*. Cambridge/Nova York, Cambridge University Press.
- _____. (1997). *REPRESENTATIONS AND CONTRADICTIONS: AMBIVALENCE TOWARDS IMAGES, theatre, fiction, relics, and sexuality*. Cambridge, Blackwell.
- GRABER, D. (2003), "The media and democracy: beyond myths and stereotypes". *Annual Review of Political Science*, 6 (1): 139-160.
- GRÜN, R. (2005a), "Apagão cognitivo: para uma sociologia da crise energética". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 48 (4): 891-928.
- _____. (2005B), "O 'nó' dos fundos de pensão e os dilemas da sociedade brasileira". *Novos Estudos Cebrap*, 73: 19-31.
- _____. (2007), "Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22: 85-107.
- _____. (2008A), "Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico". *Dados*, 51: 313-352.
- _____. (2008B), "Guerra cultural e transformações sociais: as eleições presidenciais de 2006 e a 'blogosfera'". *Sociedade e Estado*, 23: 621-666.
- _____. (2009A), "Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI". *Tempo Social*, 21: 153-184.

- _____. (2009b), “Le Brésil et les brésiliens dans la globalisation financière”. *Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs*, 2: 203-222.
- _____. (2010), “For a Brazilian sociology of finance”. *Economic Sociology – The European Electronic Newsletter*, 11 (2).
- _____. (2011a), “Crise financeira 2.0: controlar a narrativa & controlar o desfecho”. *Dados*, 54: 307-354.
- _____. (2011b), “Escândalos, tsunamis e marolas: apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26: 151-174.
- _____. (2013), “A vingança do baixo clero: o desafio ao “PiG” e o estado do conflito cultural no tratamento da crise financeira”. *Mana*, 19: 303-340.
- GUZZO, J. R. (2009), “Danos menores”. *Veja*, 22 jul.
- HACKING, I. (1983), *Representing and intervening: introductory topics in the philosophy of natural science*. Cambridge/Nova York, Cambridge University Press.
- _____. (1998), *Mad travelers: reflections on the reality of transient mental illnesses*. Charlottesville, University Press of Virginia.
- HORWICH, P. (1993), *World changes: Thomas Kuhn and the nature of science*. Cambridge, MIT Press.
- JAMIESON, K. H. & CAPPELLA, J. N. (2008), *Echo chamber: Rush Limbaugh and the conservative media establishment*. Oxford/Nova York, Oxford University Press.
- JOLY, M. (2009), *Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu, ou, a política de Maquiavel no século XIX, por um contemporâneo*. São Paulo, Editora da Unesp.
- KALIFA, D. (2007), “Qu'est-ce q'une affaire au XIXè siècle?”, in N. Offenstadt e S. van Damme, *Affaires, scandales et grandes causes: de Socrate à Pinochet*. Paris, Stock, pp. 197-211.
- KRAUS, K. (1988), *Ditos e desditos*. São Paulo, Brasiliense.
- LAKOFF, G. (1996), *Moral politics: what conservatives know that liberals don't*. Chicago, The University of Chicago Press.
- LAWSON-BORDERS, G. & KIRK, Rita. (2005), “Blogs in campaign communication”. *American Behavioral Scientist*, 49: 548-559.
- LUSTOSA, I. (2000), *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MALER, P. C. a. H. (2012), “Usages médiatiques d'une critique 'savante' de la 'théorie du complot’”. *Agone*, 47: 167-178.
- MENDONÇA, M. G. d. (2002), *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda, 1930-1968*. São Paulo, Códex.
- MOLICA, F. E. (2005), *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro, Record.
- NETO, J. M. (2011). “O PT e os seus bons advogados.” *O Estado de S. Paulo*, 2 dez.
- NETTO, D. (2011). “Políticas públicas.” *Valor Econômico*, 12 jun.
- NOIRIEL, G. (2009), *Immigration, antisémitisme et racisme en France (XIXe-XXe siècle): discours publics, humiliations privées*. Paris, Fayart.
- O'BOYLE, L. (1970), “The problem of an excess of educated men in Western Europe, 1800-1850”. *The Journal of Modern History*, 42 (4): 471-495.
- O GLOBO. (2006), “Tucano denuncia central de boatos do PT: Alckmin diz que petistas, e até ministros, estariam espalhando rumores para desestabilizá-lo”. *O Globo*, 6 out.
- OLIVEIRA, R. (2002), “Chega ao fim a hegemonia da PUC”. *Valor Econômico*, 20 mar.
- OMBUDSMAN. (2011), “Lixo ou notícia?” *Folha de S. Paulo*, 18 dez.
- PAKULA, A. J. (1976), *All the President's men*. Estados Unidos, Warner Bros., 138 min.
- PRETE, R. L. (2005), “Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT”. *Folha de S. Paulo*, 6 jun.
- ROSANVALLON, P. (2010), *La légitimité démocratique: impartialité, réflexivité, proximité*. Paris, Seuil.
- ROSCH, E. (1977), “Classification of real-world objects: origins and representation in cognition”, in P. N. Johnson-Laird e P. C. Wason, *Thinking. readings in cognitive science*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 212-222.

- SAFATLE, C. (2012). "O homem que se reinventou". *Valor Econômico*, 10 fev.
- SANTOS, W. G. d. (2012), "Um tribunal opiniático". *O Cafezinho*, 1 out. Disponível em <http://www.ocafezinho.com/>.
- SCHUDSON, M. (1984), *Advertising, the uneasy persuasion: its dubious impact on American society*. Nova York, Basic Books.
- _____. (1992), *Watergate in American memory: how we remember, forget and reconstruct the past*. Nova York, Basic Books.
- _____. (1995). *The power of news*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (2002). "The news media as political institutions". *Annual Review of Political Science*, 5 (1): 249-269.
- STERNHELL, Z. (2000), *La droite révolutionnaire: les origines françaises du fascisme 1885-1914*. Paris, Fayard.
- STF (2012), "STF confirma validade de sistema de cotas em universidade pública". Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=207003>, 9 maio.
- SUNSTEIN, C. R. (2007a), "A brave New Wikiworld". *Washington Post*, 24 fev.
- _____. (2007b), *Republic.com 2.0*. Princeton, Princeton University Press.
- TAGUIEFF, P.-A. (2005), *La foire aux illuminés: ésotérisme, théorie du complot, extrémisme*. Paris, Mille et une Nuits.
- TAVARES, M. d. C. (1997), "Globalitarismo e neobobismo". *Folha de S. Paulo*, 30 mar.
- THIESSE, A.-M. (1999), *La création des identités nationales Europe XVIIIe-XXe siècle*. Paris, Seuil.
- TIMMS, E. (1986), *Karl Kraus, apocalyptic satirist: culture and catastrophe in Habsburg Vienna*. New Haven, Yale University Press.
- _____. (2005). *Karl Kraus, apocalyptic satirist: the post-war crisis and the rise of the Swastika*. New Haven, Yale University Press.
- WEBER, E. J. (1999), *Apocalypses: prophecies, cults, and millennial beliefs through the ages*. Cambridge, Harvard University Press.
- WEBER, M. (1995), *Economie et société*. Paris, Presses Pocket.

**ENTRE O PiG E O MENSALÃO:
MITOLOGIA POLÍTICA E
REALIDADE CONTEMPORÂNEA**

Roberto Grün

Palavras-chave: Mensalão; Partido da Imprensa Golpista (PiG); Mitologias políticas; Guerras culturais.

O texto mostra que o estudo das mitologias políticas contemporâneas é uma pista fundamental para perscrutar as transformações da morfologia social da sociedade brasileira da atualidade, tanto na esfera mais geral das novas estratificações e reações a elas como no âmbito mais situado do espaço dos agentes culturais da sociedade. Para isso, analiso a construção social do par PiG-Mensalão, procurando marcadores relevantes das transformações. É preciso entender a estrutura de capitais da sociedade a partir do transcurso e do desfecho das disputas que a dividem. Chamo atenção para a concretude e a relevância das disputas culturais e dos artefatos produzidos nesses confrontos.

**BETWEEN THE PiG AND
THE MENSALÃO: POLITICAL
MYTHOLOGY AND
CONTEMPORARY REALITIE**

Roberto Grün

Keywords: Mensalão; Pro-Coup Press Party (PiG); Political mythologies; Cultural struggles.

The article shows that the study of contemporary political mythologies is a fundamental clue for scrutinizing the transformations in the morphology of current Brazilian society, as well in the more general sphere of the new stratifications, and the reactions to them, as in the more localized space of the cultural agents of the society. In this sense, the article analyzes the social construction of the couple PiG-Mensalão, looking for relevant markers of transformations. One needs to understand the society's structure of capitals from the course and conclusion of the struggles dividing it. The author calls attention for the concreteness and relevance of the cultural disputes and the artifacts produced in those confrontations.

**ENTRE LE PiG ET LE MENSALÃO:
MYTHOLOGIE POLITIQUE ET
RÉALITÉS CONTEMPORAINES**

Roberto Grün

Mots-clés: *Mensalão*; Parti de la Presse Putschiste (PiG); Mythologies politiques; Guerres culturelles.

Le texte démontre que l'étude des mythologies politiques contemporaines est une piste fondamentale pour identifier les transformations de la morphologie sociale et de la société brésilienne actuelle, aussi bien dans la sphère générale des nouvelles stratifications et réactions qui en découlent, que dans le cadre plus défini de l'espace des agents culturels de la société. J'analyse, pour cela, la construction sociale du couple PiG-Mensalão, en recherchant des indices importants de ces transformations. Il faut comprendre la structure de capitaux de la société à partir du parcours et des résultats des disputes qui la divisent. J'appelle l'attention sur le fait et l'importance des disputes culturelles et des dispositifs produits au cours de ces confrontations.